

“Arrematai essas horas guardadas pelos ponteiros”: Ouro Preto, o relógio de Tiradentes e as ressonâncias da imaginação museal de Juscelino Kubitschek¹

Clovis Carvalho Britto*

Recebido em: 22/02/2021

Aprovado em: 15/04/2021

Resumo

Este artigo analisa a imaginação museal de Juscelino Kubitschek (1902-1976) no período em que assumiu o Governo de Minas Gerais. As celebrações no campo dos museus e patrimônios são apresentadas por meio de análise documental e revisão bibliográfica, evidenciando as vigilâncias comemorativas em torno da cidade de Ouro Preto, da Conjuração Mineira e de Tiradentes. Para tanto, investiga a trajetória do relógio de algibeira de Tiradentes até sua doação ao Museu da Inconfidência, reconhecendo-o como objeto metonímia da imaginação museal de seu doador.

Palavras chave

Imaginação museal; Juscelino Kubitschek; Ouro Preto; Joaquim José da Silva Xavier (Tiradentes); Museu da Inconfidência

Abstract

This article analyzes the museum imagination of Juscelino Kubitschek (1902-1976) during the period when he took over the Government of Minas Gerais. The actions in the field of museums and heritage are presented by means of documentary analysis and bibliographic review, with emphasis on the commemorative vigilances about Ouro Preto, the Conjuração Mineira and Tiradentes. To do so, it investigates the trajectory of the pocket watch from Tiradentes until its donation to the Inconfidencia Museum, recognizing it as a metonymy of the museum imagination of its donor.

Keywords

Museum imagination; Juscelino Kubitschek; Ouro Preto; Joaquim José da Silva Xavier (Tiradentes); Museu da Inconfidência

* Doutor em museologia pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Professor do Curso de Museologia e do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília, e professor do Programa de Pós-graduação em Museologia da Universidade Federal da Bahia. E-mail: clovisbritto@unb.br.

Este artigo examina o campo museológico brasileiro a partir da investigação da imaginação museal de Juscelino Kubitschek (1902-1976) no período em que assumiu o Governo do Estado de Minas Gerais, entre 1951 e 1955. O intuito é observar características dessa imaginação em ações de “vigilância comemorativa”² e o modo como a cidade de Ouro Preto e o personagem Tiradentes tornaram-se repertórios centrais na “narrativa poética das coisas”³ forjada por Kubitschek nesse período. Essa narrativa pode ser traduzida na ideia de “imaginação museal”, formulada por Mario Chagas, visualizada como “capacidade singular e efetiva de determinados sujeitos articularem no espaço (tridimensional) a narrativa poética das coisas”.⁴

A profusão e dispersão dos escritos de Juscelino Kubitschek sobre o tema dos museus e do patrimônio, suas iniciativas institucionais e a especificidade de seu pensamento estimularam a pesquisa que integra um projeto mais amplo visando o mapeamento de fontes relacionadas à sua atuação no campo dos museus e patrimônios. Neste artigo, por meio de análise documental e revisão bibliográfica, evidencio o modo como a Conjuração Mineira – assim como o Barroco – se transformou em signo totêmico da identidade nacional.⁵

A Conjuração Mineira⁶ consistiu na organização de um levante contra a Coroa Portuguesa, planejado em Ouro Preto, em 1789. Seus ideólogos e ativistas articularam um motim visando à proclamação de uma república independente, com explícita motivação anticolonial e nacionalista.⁷ De acordo com Lília Schwarcz e Heloísa Starling, os conjuradores possuíam estreitas relações com a elite socioeconômica da capitania de Minas Gerais que estava insatisfeita com a política fiscal imposta pela Coroa, se tornando o mais relevante movimento anticolonial da América Portuguesa. Em suas análises, as autoras destacam o alferes José Joaquim da Silva Xavier, o Tiradentes, como um dos principais articuladores do movimento: “Tiradentes foi o mais ativo propagandista das ideias que sustentaram o projeto político da Conjuração Mineira e o grande responsável por colocá-las em circulação no interior de uma rede formada pelo entrecruzamento de diferentes grupos sociais”.⁸

Tiradentes foi o único dos conjurados a cumprir pena de morte, sendo enforcado e decapitado em 21 de abril de 1789, tendo os demais líderes cumprido penas de degredo, na África. Sua morte trágica inaugurou ações dramáticas visando evitar o surgimento de novas conspirações, o que, por sua vez, contribuiu para o seu processo de mitificação: sua cabeça colocada em praça pública, em Ouro Preto; seu corpo esquartejado em quatro partes, apresentadas em postes no caminho de Minas; e sua residência foi destruída e o solo salgado, conforme determinado na sentença. Desse modo, tornou-se “bode expiatório da Conjuração Mineira, recaindo sobre ele a maior culpa na devassa”.⁹

O fato é que, quase um século depois, a República recuperou a imagem de Tiradentes, transformando-o em herói nacional, conforme destacado na historiografia brasileira.¹⁰ Meu objetivo não é detalhar esse processo de mitificação, mas reconhecer como ele contribuiu para que Ouro Preto se tornasse um espaço privilegiado para traduzir a nacionalidade, transformando a Conjuração Mineira, o Barroco e seus principais expoentes em referências para esse mito fundador, espaço reapropriado constantemente pelo imaginário republicano brasileiro por meio da instituição de um conjunto de celebrações centrado nos ideais nacionalistas.¹¹

Juscelino Kubitschek também estabeleceu um conjunto de celebrações que o transformou, de algum modo, em herdeiro desses ideais, espécie de continuador de um projeto de nação que antecipava uma vocação para a modernização. Para tanto, demonstro como reatualizou as comemorações do dia 21 de abril, estabelecendo uma “romaria cívica” até Ouro Preto, destacando a doação do relógio de algibeira de Tiradentes ao Museu da Inconfidência, objeto que reconheço como metonímia de sua imaginação museal naquele contexto.

Ouro Preto entre vigilâncias comemorativas

Mas não são só os que materialmente vieram conviver conosco nesta hora de reverência e homenagem a Tiradentes estão presentes. Presente, pelos efeitos de solidariedade, acha-se de fato todo o povo brasileiro, presentes os filhos dos recantos mais longínquos do país, todos espiritualmente congregados em torno desta comemoração, que se vai tornando sempre mais significativa e que cresce de sentido e de importância.¹²

A valorização da cidade de Ouro Preto sintetiza uma das marcas da imaginação museal de Juscelino Kubitschek. Nos trânsitos entre a celebração de um passado heroico visando a unidade nacional e o reconhecimento desse passado como um projeto para um futuro marcado pelo desenvolvimento, a Conjuração Mineira e seus principais personagens sintetizaram um pensamento que dialogava em parte com a proposta dos modernistas integrantes do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan). Embora no caso de Kubitschek essa evocação do passado constitua o dínamo para celebrar uma história do tempo presente marcada por um discurso de progresso, a eleição da primeira capital de Minas Gerais como mito fundador consistia em ponto de contato entre seu projeto e o da Academia Sphan.¹³ Não é por acaso que Ouro Preto tornou-se cenário para a instituição de diferentes vigilâncias comemorativas no campo dos museus e do patrimônio.

Nesse aspecto, reconheço a vigilância comemorativa como um conjunto de celebrações e ritos com o objetivo de encenar a imortalidade de determinados fatos e personagens, nos moldes apresentados por Pierre Nora¹⁴ quando concluiu que os lugares de memória nascem do

sentimento de que não existe memória espontânea. O autor destacou a necessidade de criar arquivos e museus, de celebrar aniversários, de organizar celebrações e de estabelecer registros visando manter a vitalidade dos lugares de memória, concluindo que “sem a vigilância comemorativa a história depressa os varreria. São bastiões sobre os quais se escora. (...) É este vai-e-vem que os constitui: momentos de história arrancados do movimento da história, mas que lhe são devolvidos”.¹⁵

De acordo com Alessandra El Far,¹⁶ as vigilâncias comemorativas consistem no delineamento de ações celebrativas que buscam uma memória comum em torno de um mesmo culto, desenvolvendo mecanismos para o estabelecimento de uma “presença dos ausentes”. Seria, desse modo, uma teatralização delineada minuciosamente, através de gestos que enaltecem a vida e obra de determinados personagens: “através de uma encenação repleta de detalhes, reafirmavam-se perante a sociedade, simultaneamente, o valor institucional de uma agremiação (...) e a genealogia de seus integrantes”.¹⁷ Portanto, é possível reconhecer a vigilância comemorativa como um investimento social visando a fabricação de legados, como definidora de uma memória exemplar ou fundadora: “a produção de um legado implica na atualização constante do conteúdo que lhe é atribuído, bem como na afirmação da importância de sua rememoração”.¹⁸

Também é relevante visualizar os delineamentos semânticos do termo vigilância. Etimologicamente, vigilância vem do latim *vigilantia*, de *vigilare*, e se liga à vigília e à diligência, o que implica seu entendimento na perspectiva do cuidado, mas também do controle. No âmbito das comemorações, a vigilância implica uma ação ou um conjunto de ações visando controlar o esquecimento, o que dialogaria com a polissemia do termo: a noção de vigília no âmbito religioso e de controle no âmbito estatal. Na verdade, ao evidenciar a etimologia de comemorar, do latim *commemorare*, evidenciando o modo de solenizar a recordação de algum fato ou pessoa, o conceito de vigilância comemorativa denotaria a noção de diligência e de cuidado com a memória, perspectiva explicitada por Pierre Nora ao assinalar a necessidade dessa operação para a vitalidade dos lugares de memória.¹⁹

É importante sublinhar que Juscelino Kubitschek, no período em que governou Minas Gerais, atualizou e reinventou as vigilâncias comemorativas empreendidas por Getúlio Vargas relacionadas à Conjuração Mineira. Em estudo sobre as comemorações cívicas do dia 21 de abril entre as décadas de 1930 e 1960, Thaís Fonseca²⁰ destaca que, apesar de comemorado desde o final do século XIX, o dia da morte de Tiradentes se tornou objeto de uma “tradição celebrativa mais firme” com a chegada de Getúlio Vargas ao poder, na década de 1930, alcançando força no período em que Juscelino Kubitschek governou Minas e o Brasil, entre as décadas de 1950 e 1960, elegendo alguns espaços como centrais para a comemoração:

No Rio de Janeiro, a praça defronte ao Palácio Tiradentes, a antiga Cadeia Velha onde Tiradentes ficara preso; a rua da Assembléia, antiga rua da Cadeia; o Largo da Carioca e a rua da Carioca, por onde passara o cortejo da execução; a Igreja da Lampadosa, onde Tiradentes teria parado por instantes; a Praça Tiradentes, onde teria ficado o cadafalso. Se no Rio de Janeiro ressaltava o cenário da morte, Ouro Preto despontava como o lócus da conspiração, da elaboração dos planos, do sonho da independência. E na cidade, a Praça Tiradentes seria o seu espaço mais sagrado. Centro político-administrativo da antiga Vila Rica, a praça concentrava, na segunda metade do século XVIII, os espaços consagrados dos principais poderes da época, como o Palácio dos Governadores, o Senado da Câmara e Cadeia Pública. Já temos aí os lugares próprios de vários dos principais personagens desse episódio, dos representantes do poder metropolitano, dos traidores, dos conspiradores e depois réus. Finalmente, a Praça tornou-se também o espaço do herói, quando sua cabeça decepada foi aí exposta em “poste de ignomínia”.²¹

Thaís Fonseca privilegiou as fontes escritas para compreender o papel do Estado e as intenções dos governantes na instituição dessa vigilância comemorativa. Nesse aspecto, reconheceu que a partir de 1932 as festas cívicas assumiram um papel significativo como projeto de um governo centralizador e unitarista. A pesquisadora destaca as mobilizações das escolas, forças militares e órgãos públicos em geral, com a realização de cortejos cívicos, execução de hinos e lançamentos de salvas de tiros. Evidencia, nesse aspecto, o papel da Comissão Glorificadora do Protomártir da Independência, responsável pelas comemorações do 140^a aniversário da morte de Tiradentes, em 1932, e a centralização do Rio de Janeiro na organização das celebrações por meio do governo provisório, o que seria ampliada com a propaganda difundida após o golpe de 1937. De acordo com suas análises, os préstitos cívicos eram a modalidade mais presente nas celebrações, forma de sacralização que ganhava espaço desde o final do século XIX: “Os republicanos haviam sacralizado Tiradentes e sacralizaram também a comemoração de sua morte”, concluindo que “o ‘préstito cívico’ nada mais era que uma procissão cercada de elementos do sagrado. Ele era a narrativa do evento comemorado, utilizando a linguagem religiosa como expressão”.²² Nesse aspecto, conclui que foi forjado um tom laudatório que mobilizava grande público nas celebrações, nas matérias de jornal, nos discursos proferidos, nos livros didáticos e na educação cívica realizada nas escolas, culminando com as comparações entre o passado e o presente com o intuito de legitimar os grupos que haviam assumido o poder.

Na década de 1930, a centralização das comemorações no Rio de Janeiro traduzia o projeto de unidade nacional, esvaziando as manifestações que ocorriam em Belo Horizonte e em Ouro Preto: “No momento da instalação do Estado Novo, o projeto educativo e cultural se consolidou e as comemorações fora da capital federal foram reavivadas, porém de acordo com a homogeneidade pretendida pelo regime”.²³ O fato é que durante o Estado Novo a ideia

propagada “era a da nação unida na celebração do herói”,²⁴ estabelecendo uma ponte entre os mártires da Conjuração e Getúlio Vargas e, aos poucos, adquirindo maleabilidade ao se tornar símbolo da liberdade e da democracia, evocado pelos críticos do fim da ditadura do Estado Novo.

Todavia, para além das comemorações do dia 21 de abril, é importante considerar a atuação do Sphan a partir da década de 1930, especialmente com a repatriação dos restos mortais dos líderes da Conjuração (1937), o tombamento de Ouro Preto (1938), a inauguração do Panteão dos Inconfidentes (1942) e do Museu da Inconfidência (1944) como parte integrante dessas vigilâncias comemorativas, dilatando ao longo de todo o ano a ritualização forjada no dia de Tiradentes e, ao mesmo tempo, reforçando a antiga capital mineira como espaço privilegiado nessa evocação.

A partir do Barroco e da Conjuração Mineira, os modernistas do Sphan forjaram uma “civilização brasileira”, tendo Minas Gerais como mito fundador da nação. Mariza Veloso sublinhou a existência de uma homologia estrutural que aproximava o Barroco e o Modernismo, isso porque o Barroco não constituía apenas um estilo artístico, mas “um paradigma de civilização, um lugar de origem. (...) O Barroco conseguiu se expressar como modo de vida coletivo, demonstrando assim, pela primeira vez, existência de uma sociabilidade inteiramente brasileira”.²⁵

Minas nasceu barroca, e este signo transformou-se em sua marca. Os membros da Academia Sphan delimitaram Minas, o Barroco e o século XVIII como símbolos emblemáticos da nação brasileira. Minas foi representada como pólo irradiador da cultura. Lugar de civilização. Daí o apelo para salvar o passado de sua ruína. Era preciso transformá-lo em tradição, rumo ao futuro, que tanto quanto o passado deveria ser absolutamente original. (...) É importante lembrar que é o grupo da Academia Sphan, que tanto valorizou o século XVIII e o Barroco, o mesmo grupo responsável pela construção de Brasília, considerada o ápice da arquitetura moderna.²⁶

Esse argumento dialoga com as análises de Letícia Julião,²⁷ quando ela examinou a relação entre os museus e identidade nacional no Brasil. Para a pesquisadora, o Museu da Inconfidência tinha como finalidade abrigar o Panteão dos Inconfidentes e colecionar objetos relacionados com a Conjuração Mineira, seus protagonistas e documentos históricos e artísticos relacionados à formação de Minas Gerais. Conclui, nesses termos, que a criação do museu coroou “um processo de musealização de Ouro Preto e do movimento da Inconfidência, focos privilegiados de uma política simbólica de eficácia indiscutível, iniciada nos primórdios do Governo Vargas, anterior à própria institucionalização da política patrimonial”.²⁸ Nesse aspecto, o museu integraria um conjunto de ações marcado pelo reconhecimento de Ouro Preto

como cidade monumento, pela repatriação das ossadas dos líderes da Conjuração mortos no exílio na África, pela publicação dos Autos de Devassa,²⁹ pela criação do Panteão dos Inconfidentes e exposição de seus objetos:

(...) o panteão e um conjunto numericamente pequeno de objetos e documentos expostos cumpriam o dever primário do museu: instigar por meio sensorial e emotivo o culto de uma simbologia nacional – verdadeiro mito fundador da pátria brasileira. (...) Nele, começou a ser delineado um processo simbólico, quando o decreto de repatriamento dos despojos prevê o monumento para depósito e culto aos inconfidentes, com o qual Getúlio Vargas pôde cruzar seu destino ao dos heróis da nação. A exemplo do Museu Histórico Nacional, o passado da Inconfidência tornava-se, assim, objeto de culto. Os recortes de fatos e de personagens, somados ao realce de ações singulares, aproximavam o museu criado pelo PHAN daquele concebido por Gustavo Barroso. Embora inovasse na linguagem visual, pode-se dizer que o “museu dos inconfidentes” constituía um produto híbrido: uma cenografia moderna para falar de antigos mitos, ou melhor, de velhas formas de mobilizar e de mitificar o passado. (...) o panteão aparece quase como um apêndice que se interpõe ao roteiro do museu, preponderantemente voltado para aspectos da cultura mineira. De fato, é inegável a ocupação quase exclusiva das salas do museu com utensílios, mobiliário, obras de arte, objetos devocionais; enfim, objetos da civilização mineira que gozavam a primazia do colecionamento do PHAN. (...) Apesar do pouco acervo referente ao movimento, disposto em apenas duas salas, pode-se dizer que o museu não somente conseguiu celebrar e renovar com eficácia o mito da Inconfidência, atendendo perfeitamente à simbologia do poder de Getúlio Vargas, como continuou a prestar-se a esse fim a diferentes governantes e regimes políticos.³⁰

Essa conclusão é relevante ao evidenciar as apropriações posteriores do mito da Conjuração Mineira e a reinvenção de vigilâncias comemorativas em torno dessa temática. Exemplo relevante consiste no modo como Juscelino Kubitschek o mobilizou no período em que assumiu o Governo de Minas Gerais entre 1951 e 1955. Na verdade, é importante sublinhar uma relação afetiva que o então governador estabelecia ao aproximar sua cidade natal, Diamantina/MG com a Conjuração, lembrando o protagonismo de alguns de seus conterrâneos naquele movimento, com destaque para a participação do Padre José da Silva e Oliveira Rolim. Não por acaso, o Museu do Diamante foi instalado na casa que pertenceu a este conjurado, em Diamantina, instituição fruto do Projeto de Lei no 138, de 2 de maio de 1947, de autoria de Kubitschek quando exerceu o cargo de deputado federal.

Todavia, é necessário destacar a importância de Ouro Preto na tessitura da imaginação museal de Juscelino Kubitschek, especialmente em virtude da Conjuração Mineira. Assim como Getúlio Vargas se apropriou desse mito fundador, Kubitschek também delineou um conjunto de vigilâncias comemorativas, evidenciando a antiga capital mineira como central nesse projeto.

Ao investigar as comemorações do dia 21 de abril realizadas por Kubitschek enquanto governador de Minas Gerais, Thaís Fonseca³¹ reconheceu que ele as transformou em cenário

de legitimação de seu governo e de seus aliados. Para tanto, destacou que, a partir de 1952, o culto a Tiradentes foi revitalizado como modelo cívico, enfocando, por sua vez, sua regionalidade e articulando a ideia de progresso com as tradições mineiras.³² Uma das principais mudanças consistia no reconhecimento da necessidade de celebrar o dia da Conjuração, tendo Ouro Preto como sede das comemorações oficiais, até então realizadas em Belo Horizonte. Nesse aspecto, a estratégia consistiu em transferir anualmente a sede do governo do estado para a antiga capital, na data da Conjuração, em um misto de desagravo e autopromoção: “além disso, o retorno a Ouro Preto, uma espécie de ‘volta às origens’, daria à comemoração contornos de uma liturgia a ser realizada em campo santo, por meio da romaria cívica que se faria para a veneração do herói-mártir”.³³ Também sublinha a estratégia política de reunir naquela comemoração o governador, seu secretariado, autoridades civis e militares, parlamentares, além de intelectuais e jornalistas de diversos estados brasileiros, fundando as bases do ritual:

A chegada do governador e do alto escalão do governo a Ouro Preto, na estação da Central do Brasil, foi acompanhada por uma pequena multidão que seguiu a comitiva até a Praça Tiradentes. Lá, recebido pela nova guarda da Polícia Militar, que acabara de criar, Kubitschek caminhou até o palanque armado em frente ao Museu da Inconfidência, passando pelas formações de estudantes de todas as escolas de Ouro Preto, assistidos pela população que se apertava nas sacadas e janelas dos sobrados em torno da praça. O governador, solene, depositou uma coroa de flores aos pés da estátua de Tiradentes. Após um minuto de silêncio, as bandas militares executaram o Hino Nacional. Kubitschek fez, então, seu pronunciamento.³⁴

Thaís Fonseca³⁵ sublinha que essa tradição comemorativa, inventada em 1952, divulgava nacionalmente as aspirações de Kubitschek em torno dos discursos de união e progresso, manejando passado e presente, identidade regional e nacional, articulando suas ações aos ideais de modernização apresentados pelos conjurados mineiros. De acordo com a pesquisadora, Juscelino Kubitschek foi o primeiro a mobilizar com veemência a ideia de progresso como representação da Conjuração, associando-a a sua própria imagem: “o que tinham feito todos os governos brasileiros, que foram incapazes de realizar os sonhos dos inconfidentes?”.³⁶ Nesses termos, conclui que Juscelino tomou para si essa missão, se monumentalizando juntamente com a cidade, a Conjuração Mineira e seus protagonistas, como continuador de um legado a partir das imagens de sacrifício e heroísmo.

Em 21 de abril de 1952, data da primeira transferência oficial da capital mineira para Ouro Preto, Juscelino Kubitschek proferiu um discurso intitulado “Sobre a Inconfidência Mineira”. Nele, destacou que presenciava o acontecimento com emoção cívica, especialmente por celebrar a data no ambiente em que transcorreram seus acontecimentos. Ao evocar os “heroicos pioneiros e desbravadores” de Vila Rica, sublinhou que os conjurados representavam

a “primeira geração política autenticamente brasileira”.³⁷ No discurso, Kubitschek destacou a importância da comemoração em Ouro Preto, vigilância comemorativa que ele se referiu como “romaria cívica”, e suas intenções visavam apoiar o Sphan³⁸ e preservar as cidades coloniais mineiras:

Se Ouro Preto, como as nossas outras cidades coloniais, é repositório de arte, fé e tradição, a exemplo das demais exige que a cuidemos, que a salvemos do inevitável desgaste, opondo-nos, com os recursos ao nosso alcance, ao seu perecimento. O Governo de Minas, julgando dever indeclinável assistir o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional na obra louvável que desenvolve em território do Estado pela preservação das relíquias e obras de arte, pretende encaminhar mensagem à Assembleia Legislativa propondo que se conceda àquele órgão uma subvenção anual destinada à conservação das cidades históricas de Minas, entre as quais naturalmente, em plano destacado, figura Ouro Preto.³⁹

Cinco meses depois, Kubitschek sancionou a Lei no 922, de 24 de setembro de 1952, que autorizava o governo mineiro “a promover obras de conservação e restauração das obras nas cidades coloniais de Minas e nos centros de atração turística, diretamente ou por intermédio do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional”, destinando, para tanto, “anualmente, a importância de Cr\$5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros)”. Essa lei evidencia a relação de Kubitschek com o Sphan, confluindo uma das facetas de sua imaginação museal ao valorizar as cidades coloniais mineiras.

Isso pode ser observado, por exemplo, na carta que enviou a Rodrigo Melo Franco de Andrade em 25 de setembro de 1952, um dia depois de a lei ser sancionada. Nela, o então governador encaminhou cópia da lei e reafirmou que a melhor solução para as obras de conservação e restauração do patrimônio seria a realização “por intermédio do Serviço sob sua esclarecida direção, fornecendo o Estado os recursos pecuniários. (...) Amigo e adm. Juscelino Kubitschek”.⁴⁰

O fato é que durante os anos em que governou Minas Gerais e, posteriormente, na Presidência da República, Juscelino continuou prestigiando as comemorações do dia 21 de abril. Em 1954, por exemplo, levou o presidente Getúlio Vargas para as comemorações em Ouro Preto, ressaltando que a ele se devia “a iniciativa de promover a repatriação das cinzas dos conjurados de Vila Rica, que hoje repousam no Panteão do Museu da Inconfidência, por ele criado”, e que “por sua iniciativa foi Ouro Preto elevada à categoria de Cidade-Monumento”.⁴¹ No discurso intitulado “Invocação a Tiradentes”, Kubitschek enalteceu as vigilâncias comemorativas fabricadas por Getúlio Vargas e, ao mesmo tempo, contou com a presença do presidente para legitimar a “romaria cívica” que havia criado há dois anos. Reforçou a data como celebrativa da unidade nacional, do compromisso da luta “contra a

desagregação, contra o divisionismo, contra a delinquência, contra a falta de fé que ameaça a alma brasileira”,⁴² tendo Tiradentes como inspiração. Segundo Thaís Fonseca,⁴³ mais uma vez, a cidade de Ouro Preto era reconhecida como berço das ideias de libertação nacionais e contribuía para que a celebração assumisse ares de ritual sagrado. Não por acaso, Vargas também lembrou em seu discurso “as medidas tomadas para transformar Ouro Preto em patrimônio nacional e para preservar a memória da Inconfidência Mineira”.⁴⁴

Na verdade, a própria dramaticidade em torno da Conjuração, o fim trágico de seus protagonistas, os rituais de execução pública, a exposição dos restos mortais e das traves da forca, contribuíram, de algum modo, para a reinvenção da narrativa épica em torno do heroísmo daqueles que teriam dado à vida em prol da liberdade do Brasil. Para essa lógica, a instituição de viglâncias comemorativas, mobilizando a patrimonialização e a musealização, foi um poderoso expediente utilizado por Getúlio Vargas e por Juscelino Kubitschek: “Ossos, cinzas, lápides, cruz, triângulo, altar, panteão, cortejo, cerimônias e discursos formaram a rede de imagens necessárias a composição desse cenário. (...) A nação consolidava-se assim, de forma monumental”.⁴⁵

O relógio de Tiradentes como metonímia

Feliz aquele que leve
um ponteiro que o decifre!
Arrematai-o! – Não falha,
este relógio marcão.
(...)
Arrematai essas horas
guardadas pelos ponteiros,
arrancadas ao seu dono,
rogando consumação!⁴⁶

Esses versos integram o poema “Romance LVI ou Da arrematação dos bens do Alferes” no *Romanceiro da Inconfidência*, de Cecília Meireles. Ao descrever a arrematação dos bens de José Joaquim da Silva Xavier (1746-1792), destaca o relógio, utilizando-o como metáfora da Conjuração Mineira. Para a realização de sua poética, Cecília recorre “às fontes, procura conhecer os documentos oficiais, como também as histórias e lendas que correm pela região”;⁴⁷ isso pode ser evidenciado no diálogo que o poema realiza com as informações dos Autos de Devassa.

Nos Autos de Devassa foram descritos os bens apreendidos dos conjurados no momento de suas prisões e, aqui, destaco a avaliação do relógio de algibeira de Tiradentes:

Manuel José Bessa, relojoeiro nesta Cidade do Rio de Janeiro, etc. Certifico, debaixo de juramento, que avalei um relógio inglês com duas caixas de prata, uma de tartaruga, e mostrador de esmalte deconstructos (sic) S. Ellios de no 5.503, com uma liga azul com três fivelinhas de prata com suas pedras de massa no valor tudo de doze mil e oitocentos réis, cujo relógio me foi mostrado, e dito ser pertencente ao alferes da Cavalaria de Minas, Joaquim José da Silva Xavier. E para constar, passei a presente, por mim somente assinada, por ordem do desembargador José Pedro Machado Coelho Torres. Nesta Cidade do Rio de Janeiro, aos 30 de outubro de 1789. Manoel José de Bessa.⁴⁸

Na verdade, o relógio consistiu em um dos poucos bens materiais que evocam esse momento da prisão do conjurado, constituindo em importante objeto no acervo sobre a Conjuração Mineira. Desse modo, é fundamental destacar essa importância a partir do relato de Letícia Julião, quando reconhece ser necessário considerar “a impossibilidade, passados mais de 150 anos do evento da Inconfidência, de identificar acervos representativos do movimento, que não fossem documentos escritos e um ou outro objeto pertencente aos envolvidos”; isso porque “na condição de condenados pela justiça colonial, tiveram suas existências e seus rastros banidos ou apagados da sociedade”.⁴⁹

Por essa razão os poucos objetos podem ser visualizados como metonímia, conforme destacado por Ulpiano Bezerra de Meneses.⁵⁰ Para o autor, as exposições e coleções tomam a parte pelo todo, “o objeto perde seu valor documental, transmuta-se num ícone cultural, de valor, agora, puramente emblemático”,⁵¹ reconhecendo, em diálogo com Laurie Clark, que os museus de memória traumática costumam expressar modalidades retóricas: “como a metonímia (substituição da vítima), a sinédoque (variante: a parte, como os ossos, pelo todo da vítima), o documento (as provas, inclusive fotográficas) e as funções nostálgicas”.⁵²

Isso pode ser visualizado no caso do Museu da Inconfidência e nas estratégias utilizadas para expor, através de poucos objetos, uma narrativa sobre o drama da Conjuração Mineira. De acordo com Letícia Julião e Carmem Lemos,⁵³ o museu nasce como monumento do Panteão dos Inconfidentes que, juntamente com a repatriação das ossadas dos conjurados e a publicação dos Autos de Devassa, “eram formas de traduzir a Inconfidência em ícone material da nacionalidade brasileira; de conferir ao fato uma visualidade acessível, que alcançasse um público ampliado pela narrativa museal ou pela leitura dos Autos da Devassa”.⁵⁴

O panteão e a sala que o antecede, as únicas dedicadas à Inconfidência, apresentam uma linguagem expográfica que se distingue do restante do museu. Na antessala do panteão, estão exibidos objetos que pertenceram ou se relacionam aos inconfidentes ou ao movimento: o relógio e o livro de Tiradentes; os documentos autógrafos dos

inconfidentes; as primeiras edições de obras dos poetas árcades Cláudio Manuel da Costa e Tomás Antônio Gonzaga; o mobiliário pertencente ao contratador João Rodrigues de Macedo; a indumentária religiosa de padre inconfidente; o túmulo de Marília e a lápide em homenagem a Bárbara Heliodora. São colocados em evidência o fragmento de madeira da forca de Tiradentes, enquadrado com destaque em parede lateral e os Autos da Devassa, exibido em vitrine individual com iluminação na base. Todos esses objetos se apresentam como relíquias.⁵⁵

De fato, meu intuito é visualizar os itinerários da transformação de um desses bens em relíquias, compreendendo os protocolos de colecionismo e a trajetória do objeto.⁵⁶ Na definição de Pomian, as relíquias são “objetos que se crê que tenham estado em contato com um deus ou com um herói, ou que se pense que sejam vestígios de qualquer grande acontecimento do passado mítico ou simplesmente longínquo”,⁵⁷ destacando, no caso dos impactos do Cristianismo nessa difusão, que “era considerado relíquia qualquer objeto que se pensasse que tivesse tido um contato com um personagem da história sagrada e em primeiro lugar uma parte do seu corpo”.⁵⁸ Aqui me interessa, a partir do exemplo do relógio de Tiradentes e sua musealização, demonstrar a sua transformação em “relíquia da nação”.⁵⁹

Essa argumentação também dialoga com as análises de Aline Montenegro Magalhães, quando reconheceu nos estudos sobre as edificações preservadas pela Inspetoria de Monumentos Nacionais em Ouro Preto, que “partem do princípio de que elas eram consideradas um conjunto de relíquias, possuidoras de uma aura sagrada, por terem tido funções específicas num determinado passado, escolhido para a eterna lembrança”.⁶⁰ Nesses termos, é importante perceber que o Sphan deu continuidade a essa operação simbólica e que essa aura também foi estendida aos objetos que integram as coleções relacionadas aos agentes selecionados como heróis nacionais, como é o caso dos protagonistas da Conjuração Mineira e, portanto, “nada mais elucidativo do que preservar os marcos desse acontecimento na cidade que foi seu palco”.⁶¹

Para tanto, selecionei o itinerário do relógio de algibeira de Tiradentes (Imagem 1) como metonímia dessa operação, destacando que, nesta leitura, ele extrapola a perspectiva testemunhal de evocação da Conjuração Mineira e do próprio Tiradentes, transformando-se em símbolo nacional, como sinédoque das ações empreendidas pelo Sphan e, em muitos aspectos, da imaginação museal de Juscelino Kubitschek.

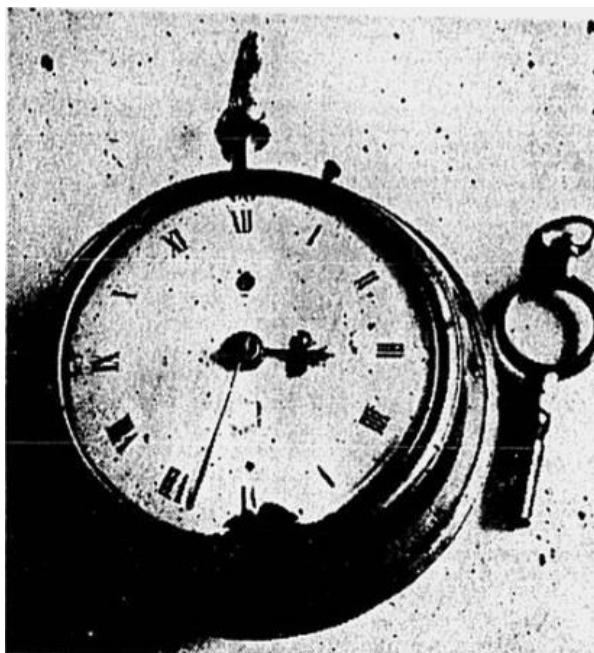


Imagem 1. Relógio de bolso. Fonte: CALAZANS, José. “Adquirido pelo governo mineiro o relógio de Tiradentes”. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 23 Ago. 1953, p. 5.

Desde os primeiros anos do século XX existem indícios da busca pelo paradeiro do relógio de algibeira de Tiradentes. Segundo destacou Mariza Lira,⁶² em 1901 apareceu em Ouro Preto um relógio que tinha gravado no lado interno da tampa superior “J. J. S. X., 23-2-1870”, tendo Augusto de Lima, então diretor do Arquivo Público Mineiro, nomeado uma comissão para examiná-lo, concluindo que, além de numeração diferente, o fabricante era francês. Sublinhou, também, que em 1903, no Rio de Janeiro, surgiu outro “relógio de Tiradentes”, não tendo sido comprovada a sua autenticidade.

Em 18 de dezembro de 1926, a *Revista da Semana* apresentou fotos do relógio e informou que o mesmo se encontrava exposto na Casa Luiz de Rezende, no Rio de Janeiro, juntamente com documentos que comprovavam “a sua condição atual de preciosa relíquia histórica”,⁶³ de posse da família Baptista Lopes, em Paris. A mesma matéria demonstrou que os proprietários manifestavam o interesse em vendê-lo, visando doar os recursos para o sanatório para tuberculosos de Campos do Jordão, e sugeriu que seu lugar deveria ser um museu histórico.

Dez anos depois, em 13 de fevereiro de 1936, no *Jornal do Brasil*, Gastão Penalva⁶⁴ resumiu a trajetória do relógio, destacando que o mesmo pertencia ao Sanatório Santa Clara e que seria vendido para auxiliar as atividades dessa instituição de Campos do Jordão. A matéria transcreveu quatro documentos com o intuito de atestar sua autenticidade: uma certidão do Arquivo Nacional, datada de 10 de julho de 1903; uma carta de Vieira Fazenda, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; um atestado do perito da Casa Luiz de Rezende, joalheria do

Rio de Janeiro, datado de 20 de março de 1925; e uma carta das senhoritas Luisa e Georgina de Sousa Lopes, de Paris, datada de 3 de maio de 1926, que atestava a doação ao sanatório.

Em 19 de abril de 1953, nas vésperas do dia de Tiradentes, a jornalista Marisa Lira publicou um artigo no suplemento do *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, em que considerava o relógio como “reliquia” e questionava seu paradeiro: “(...) transformou-se em relíquia histórica. A quem pertencerá hoje? A algum museu do governo? A algum colecionador consciente ou a alguém vaidoso e endinheirado? Perdeu-se o roteiro desse relógio precioso, dessa prenda rara, dessa relíquia sagrada”.⁶⁵ Ao longo de 1953, a jornalista realizou uma série de matérias sobre o relógio, publicando-a em alguns dos principais periódicos do país, e conseguiu localizá-lo:

(...) Um documento passado na Estação de Cachoeira, em 27 de abril de 1904, informa-nos: “O abaixo assinado vem declarar para todo e qualquer fim, que o relógio de prata, do autor S. Elliot, no 5.503, que pertencia ao Mártir da Independência Joaquim José da Silva Xavier, por alcunha Tiradentes, foi de sua propriedade, desde longos anos como poderão atestar muitos amigos e todos os jornais não só da capital como de Porto Novo do Cunha, Barra do Piraí, pertencendo desde 26 de janeiro do corrente ano, em livre propriedade ao sr. Saturnino de Matos, como poderá provar com documento existente em seu poder e bem assim no recibo firmado pelo mesmo Tiradentes, em 1o de dezembro de 1780, quando comandante da Barra de Jequitibá, no Estado de Minas. Cachoeira, 27 de abril de 1904. Laurindo Antônio da Silva”. Esse sr. Saturnino de Matos depois de ter estado em Minas, escapando à Justiça, refugiou-se em Paris. Aí começa uma nova fase para a história do relógio de Tiradentes. Corria o ano de 1926. Em Paris residia o nosso embaixador Dr. João Batista Lopes, pai de duas encantadoras mocinhas – Georgina Lopes Alvim, e Luiza, agora Sra. Luiza Lopes de Oliveira, de ilustre descendência; eram bisnetas do Barão de Mauá. Georgina, que havia estado gravemente enferma, prometera a Srta. Clara, se ficasse boa, fundar um preventório para crianças fracas. Em breve, toda a colônia brasileira em Paris sabia do voto de Georgina e da vontade férrea que ela e a irmã dispunham para essa realização. Em meio outros donativos, certo dia as mocinhas receberam uma carta: “Paris, 3-3-1926. Gentilíssimas Srtas. Luiza e Georgina de Sousa Lopes. Na manhã de 8 de novembro último, achando-me em visita a vosso extremoso pai, meu querido amigo, ele me falou vagamente da ideia que havíeis concebido de fundar, nos Campos de Jordão, um sanatório para tuberculosos. (...) De meu bem, venho oferecer-vos tudo quanto me resta: o relógio autêntico e histórico do fabricante inglês S. Elliot, no 5.503, que pertenceu a Tiradentes, o protomártir da República do Brasil. (...) S. de Matos”.⁶⁶

A jornalista destacou ainda que visualizou pessoalmente o relógio em posse da senhorita Georgina de Sousa Lopes, sendo acompanhada na visita pela professora Lina Stilbem e por Francisco Marques do Santos, membro do Conselho Consultivo do Sphan e do Departamento de História e Documentação da Prefeitura do Rio de Janeiro. Após destacar a existência de documentos comprobatórios, transcreveu o parecer do especialista do Conselho do Sphan que a acompanhou: “O relógio apresentando é, sem contestação, uma peça de fim do século XVIII. Quanto ao seu número e à gravação, não há vestígios que tenham sido adulterados por qualquer

contraventor”.⁶⁷ Na matéria, relatou o interesse da proprietária de que o objeto fosse “adquirido pelo governo de Minas para figurar no Museu da Inconfidência e o produto possa ser aplicado no preventório que, dada a alta no custo de vida, passa, no momento, por uma crise financeira bastante séria”,⁶⁸ e, ao final, realizou um apelo ao governo de Minas: “O Museu da Inconfidência, em Ouro Preto, precisa para enriquecê-lo dessa peça histórica; o Preventório Sta. Clara, de Campos de Jordão, necessita de um auxílio financeiro inadiável para continuar sua obra de assistência às crianças doentes”, concluindo ser “justo e meritório que o Sr. governador de Minas realize essa compra que virá engrandecer duplamente o Brasil”.⁶⁹

Juscelino Kubitschek era o governador de Minas Gerais a quem a jornalista e a proprietária destinavam a mensagem, ambas sugerindo que o relógio deveria ser incorporado à coleção do Museu da Inconfidência, em Ouro Preto. Apesar de a Assembleia Legislativa de Minas Gerais iniciar as discussões visando adquirir a peça, o receio do relógio ser vendido para particulares e de não retornar para Minas Gerais fez com que Juscelino o comprasse e o doasse ao Sphan:

Depois de comprovada sua autenticidade, por técnicos de nomeada, o Sr. Juscelino Kubitschek resolveu adquirir a preciosa peça histórica, que veio assim enriquecer o museu da antiga Vila Rica. A esse respeito, o Sr. Antônio Joaquim de Almeida, diretor do Museu do Ouro, de Sabará, enviou carta ao chefe do executivo estadual, na qual diz que, após receber o relógio de prata que teria pertencido a Tiradentes, examinou a documentação, acompanhado do historiador Francisco Antônio Lopes. Ambos, então, constataram a absoluta autenticidade da peça, que, no dizer daqueles técnicos, constitui valioso objeto histórico de Minas. Ainda sobre o mesmo assunto, o chefe do executivo mineiro recebeu do diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional o seguinte telegrama: “Peço a V. Excia. aceitar a expressão do grande reconhecimento desta diretoria pela doação que acaba de fazer ao Museu da Inconfidência de objeto de inestimável valor histórico. Atenciosas saudações. Rodrigo Melo Franco de Andrade, diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.”⁷⁰

Finalizada a negociação, foi realizada uma cerimônia no Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte. Juscelino Kubitschek recebeu o relógio e o doou para o Museu da Inconfidência. Nessa “vigilância comemorativa” estiveram presentes Rodrigo Melo Franco de Andrade, diretor do Sphan, o cônego Raimundo Trindade, diretor do Museu da Inconfidência de Ouro Preto, e Antônio Joaquim de Almeida, diretor do Museu do Ouro de Sabará.⁷¹

Juscelino adquiriu o relógio por 50 mil cruzeiros com o intuito de integrá-lo “a outras relíquias que lembra a mais humana, complexa e apaixonante figura da Inconfidência Mineira”.⁷² O objeto foi exposto no Museu da Inconfidência no dia 21 de abril de 1954, ocasião da transferência da capital de Minas Gerais para Ouro Preto e como um dos ritos da “comemoração cívica” empreendida pelo então governador mineiro.⁷³

O relógio de Tiradentes, além de metonímia de um projeto de nacionalidade iniciado por Getúlio Vargas e atualizado por Juscelino Kubitschek, também consiste em metáfora da imaginação museal do então governador de Minas Gerais por representar a temática do tempo e seus múltiplos atravessamentos (cronológico e mítico) na construção de uma memória baseada em um passado de lutas em prol da nação, catalisador de um futuro transformador. Por essa razão, a construção épica em torno da Conjuração Mineira, de Ouro Preto e de Tiradentes tornou-se um dínamo para a vitalização de mitos, conforme a expressão de Thaís Fonseca,⁷⁴ e que aqui reconheço como uma vigilância comemorativa, marcada pela força do mito e pelo “poder persuasivo das associações estabelecidas, entre o sacrifício heroico de Tiradentes e as condutas dos que se colocam como seus herdeiros”.⁷⁵

Do mesmo modo, a musealização do relógio metaforiza o papel do museu como um espaço central de vigilância comemorativa, espécie de “máquina do tempo” que estabelece vigílias e controla discursos contra o esquecimento. No caso do Museu da Inconfidência essa imagem assume contornos meta-poéticos quando se observa que o prédio que abriga o relógio de algibeira possui um relógio em sua torre central, cuidadosamente preservado e que, além de controlar o tempo, ocasiona uma fusão de temporalidades ao tornar-se um dos testemunhos do passado da antiga capital mineira.

O fato é que as temáticas do tempo e da memória se tornam centrais ao se discutir as vigilâncias comemorativas. No caso em análise, a fusão entre passado e o tempo presente consiste em um tensionamento na imaginação museal canônica daquele contexto, transformando os museus e processos museológicos em espaços de ressonância de discursos em prol da identidade nacional, de fabricação de legados e de projetos de futuro marcados pelo ideal de modernidade. A musealização do relógio de Tiradentes estabelece uma dupla consagração ao acionar memórias de seu possuidor e de seu doador, por vezes fundindo-as. Não por acaso, Juscelino Kubitschek inaugurou Brasília no dia 21 de abril de 1960, reatualizando essa dimensão mítica, se inserindo como herdeiro simbólico e estabelecendo novas vigilâncias comemorativas, temática para outra pesquisa.

Notas

¹ Pesquisa financiada com Bolsa de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

²Cf. NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. *Projeto História*, São Paulo, v. 10, dez. 1993.

³ Cf. CHAGAS, Mario. *Imaginação museal: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro*. (Tese de doutorado em Ciências Sociais). Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2003.

⁴ Idem, p. 64.

⁵ Cf. GONÇALVES, José Reginaldo dos Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ; IPHAN, 1996 e VELOSO, Mariza. *O tecido do tempo: o patrimônio cultural no Brasil e a Academia Sphan: a relação entre modernismo e barroco*. Brasília: Editora da UnB, 2018.

⁶ Optei pela expressão “Conjuração Mineira”, seguindo os argumentos de Kenneth Maxwell quando ressaltou “a chamada Inconfidência Mineira, [ser uma] designação de que francamente não gosto, e que não uso; a palavra inconfidência vem dos donos do poder e não da oposição. Vem da contra-revolução e não da revolução; e, enfim, o objeto das nossas comemorações é uma revolução frustrada, não uma repressão bem-sucedida”. Ver MAXWELL, Kenneth. “Conjuração Mineira: novos aspectos”. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 3, nº 6, 1989, p. 4. Nesse aspecto, convém sublinhar a distinção entre essas expressões, conforme destacado por Ronaldo Vainfas: “(...) cabe distinguir, porém, os termos ‘inconfidência’ e ‘conjuração’, muitas vezes tratados como sinônimos: inconfidência se associa à idéia de traição e infidelidade ao soberano e à metrópole, ao passo que conjuração espelha melhor a perspectiva dos colonos, levados a urdir conspirações em defesa de seus interesses”. Ver VAINFAS, Ronaldo (Dir.). *Dicionário do Brasil Colonial - 1500-1808*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000, p. 301.

⁷ Cf. MAXWELL, Kenneth. Op. cit.

⁸ SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 145.

⁹ MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2ª ed., 1978, p. 222.

¹⁰ Cf. MAXWELL, Kenneth. Op. cit.; CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2ª ed., 1995; e FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2001.

¹¹ Embora o foco do artigo seja as vigilâncias comemorativas empreendidas a partir da década de 1930, é importante destacar a existência de espaços celebrativos da memória dos conjurados na segunda metade do século XIX, a exemplo da construção de dois monumentos em Ouro Preto: a Coluna Saldanha Marinho (1866) e a estátua de Tiradentes, confeccionada pelo escultor italiano Virgílio Cestari (1894).

¹² KUBITSCHKE, Juscelino. *Realidades, perspectivas*. Belo Horizonte: Secretaria da Educação de Minas Gerais, 1955, p. 401.

¹³ Cf. VELOSO, Mariza. Op. cit.

¹⁴ Cf. NORA, Pierre. Op. cit.

¹⁵ Idem, p. 13.

¹⁶ Cf. EL FAR, Alessandra. “‘A presença dos ausentes’: a tarefa acadêmica de criar e perpetuar vultos literários”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 2000.

¹⁷ Idem, p. 126.

¹⁸ HEYMANN, Luciana Quillet. “Cinquenta anos sem Vargas: reflexões acerca da construção de um ‘legado’”. *XXVIII Encontro Anual da ANPOCS*, Caxambu, 2004, p. 3.

¹⁹ Cf. NORA, Pierre. Op. cit.

²⁰ Cf. FONSECA, Thaís Nívia de Lima e. “A comemoração do dia 21 de abril: o cenário do jogo político (1930-1960)”. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 12, no 21/22, Jan./Dez. 2005, p. 437-486.

²¹ Idem, p. 440-441.

²² Idem, p. 444.

²³ Idem, p. 447.

²⁴ Idem, p. 451.

²⁵ VELOSO, Mariza. Op. cit., p. 236.

²⁶ Idem, p. 239-241.

²⁷ Cf. JULIÃO, Letícia. *Enredos museais e intrigas da nacionalidade: museus e identidade nacional no Brasil*. Tese de doutorado em História. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

²⁸ Idem, p. 207.

²⁹ Documentos que compuseram o processo judicial movido pela Coroa Portuguesa contra os líderes a Conjuração Mineira, em fins do século XVIII.

³⁰ JULIÃO, Letícia. Op. cit., p. 209-213.

³¹ Cf. FONSECA, Thaís. Op. cit.

³² Essa construção que inseriu Ouro Preto entre os discursos de tradição e progresso é evidenciada por Thaís Fonseca quando destacou, por exemplo, as inaugurações que Juscelino Kubitschek realizou na data da Conjuração Mineira: a Rodovia dos Inconfidentes, estrada que liga Belo Horizonte a Ouro Preto (1953); o forno de ferro-liga em Saramenha, nos arredores de Ouro Preto (1955); a Companhia Siderúrgica Mannesmann (1956); e a nova capital da República, Brasília (1960), em FONSECA, Thaís. Op. cit.

³³ Idem, p. 461.

³⁴ Idem, p. 464.

³⁵ Cf. FONSECA, Thaís. Op. cit.

³⁶ Idem, p. 467.

³⁷ Cf. KUBITSCHEK, Juscelino. Op. cit., p. 91.

³⁸ No mesmo discurso, Juscelino Kubitschek afirmou que havia solicitado ao presidente da República “a inclusão no orçamento da República para 1953 de uma dotação destinada também a incrementar os trabalhos do Serviço do Patrimônio em Minas Gerais”, concluindo ser seu pensamento ampliar “ao máximo a assistência aos tesouros e cabedais artísticos, tão numerosos em Ouro Preto”. Ver KUBITSCHEK, Juscelino. Op. cit., p. 94.

³⁹ Idem, p. 93-94.

⁴⁰ Cf. KUBITSCHEK, Juscelino. Correspondência enviada a Rodrigo Melo Franco de Andrade. Belo Horizonte, 25 de setembro de 1952. 2 f. Datilografado. Arquivo Central do IPHAN - Seção Rio de Janeiro, 1952.

⁴¹ KUBITSCHEK, Juscelino. *Realidades, perspectivas*. Belo Horizonte: Secretaria da Educação de Minas Gerais, 1955, p. 400.

⁴² Idem, p. 410.

⁴³ Cf. FONSECA, Thaís. Op. cit.

⁴⁴ Idem, p. 469.

⁴⁵ LEMOS, Carmem Silvia. “Reflexões acerca do processo de repatriamento das ossadas dos inconfidentes degredados para a África”. *Oficina do Inconfidente: revista de trabalho*, Ouro Preto, ano 2, n^o 1, 2001, p. 213.

⁴⁶ MEIRELES, Cecília. *Romanceiro da Inconfidência*. São Paulo: Global, 9^a ed., 2012, p. 152-153.

⁴⁷ TURCHI, Maria Zaira. “Romanceiro da Inconfidência: o diálogo poético dos tempos”. *Signótica*, Goiânia, v. 11, no 1, 1999, p. 138.

⁴⁸ AUTOS de devassa da Inconfidência Mineira. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2016, v. 6, p. 240.

⁴⁹ JULIÃO, Letícia. Op. cit., p. 213.

⁵⁰ Cf. MENESES, Ulpiano Bezerra de. “Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico”. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v. 2, jan./dez. 1994, p. 9-42.

⁵¹ Idem, p. 28.

⁵² MENESES, Ulpiano Bezerra de. “Os museus e as ambiguidades da memória: a memória traumática”. Conferência apresentada no 10o Encontro Paulista de Museus, São Paulo, 2018, p. 7. Disponível em: <https://www.sisemsp.org.br/wp-content/uploads/2018/08/Ulpiano-Bezerra-de-Meneses.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2021.

⁵³ Cf. JULIÃO, Letícia; LEMOS, Carmem Silvia. “Inconfidência Mineira em três tempos em museus brasileiros”. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, v. 53, 2020, p. 175-190.

⁵⁴ Idem, p. 180-181.

⁵⁵ Idem, p. 181.

⁵⁶ Cf. DASTON, Lorraine. “The glass flowers”. In: DASTON, Lorraine (Ed.) *Things that talk: object lessons from art and science*. New York. Zone Books, 2004, p. 223-254.

⁵⁷ POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1984, p. 59.

⁵⁸ Idem.

⁵⁹ Cf. SENA, Tatiana da Costa. *Relíquias da nação: a proteção de coleções e acervos no patrimônio (1937-1979)*. Dissertação de mestrado em História, Política e Bens Culturais. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2011.

⁶⁰ MAGALHÃES, Aline Montenegro. *Colecionando relíquias...: um estudo sobre a Inspetoria de Monumentos Nacionais (1934-1937)*. Dissertação de mestrado em História. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004, p. 18.

⁶¹ Idem, p. 86.

⁶² LIRA, Mariza. “Ainda o relógio de Tiradentes”. *Correio da Manhã*, 4^a Caderno, Rio de Janeiro, 24 maio 1953b, p. 6.

⁶³ “O relógio de Tiradentes”. *Revista da Semana*, Rio de Janeiro, n^o 52, 18 dez. 1926, p. 33.

⁶⁴ PENALVA, Gastão. “O relógio de Tiradentes”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 13 fev. 1936, p. 5.

⁶⁵ LIRA, Mariza. “O relógio de Tiradentes”. *Correio da Manhã*, 5^a Caderno, Rio de Janeiro, 19 Abr. 1953a, p. 1.

⁶⁶ LIRA, Mariza. “Ainda o relógio de Tiradentes”. *Correio da Manhã*, 4^a Caderno, Rio de Janeiro, 24 maio 1953b, p. 6.

⁶⁷ Idem.

⁶⁸ Idem.

⁶⁹ Idem.

⁷⁰ “Diversos”. *Correio de Itajubá*, Itajubá, 30 Ago. 1953, p. 3.

⁷¹ “O Relógio de Tiradentes entregue ao governador mineiro”. *A Noite*, Rio de Janeiro, 22 out. 1953, p. 12.

⁷² CALAZANS, José. “Adquirido pelo governo mineiro o relógio de Tiradentes”. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 23 Ago. 1953, p. 5.

⁷³ “Em Ouro Preto o relógio de Tiradentes”. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 26 Abr. 1954, p. 7.

⁷⁴ Cf. FONSECA, Thaís Nívia de Lima e. “A Inconfidência Mineira e Tiradentes vistos pela imprensa: a vitalização dos mitos (1930-1960)”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 22, n^a 44, 2002, p. 439-462.

⁷⁵ *Idem*, p. 459.